



Porto Concessionária do estacionamento pago na via pública pôs advogados a cobrar dívidas por carta

Cobrança pela EPorto gera dúvidas

Ana Isabel Pereira
locais@jn.pt

► Depois dos avisos no para-brisas, a empresa que tem a concessão do estacionamento pago na via pública do Porto está a notificar por carta os devedores. Mas a carta, em que uma sociedade de advogados de Lisboa usa uma linguagem ameaçadora, não só "não tem valor legal" como pode vir a ser considerada "um meio ilegítimo". É essa a opinião de dois advogados especialistas ouvidos pelo IN.

Quem não pôs moeda ou estacionou para além do período pago tem 15 dias para proceder ao "paga-

mento voluntário das taxas em falta", caso contrário será alvo de "cobrança coerciva" e terá de pagar "juros" e "todas as despesas de cobrança, incluindo honorários de advogados", lê-se no documento a que o IN teve acesso. Aos devedores é pedido que paguem a taxa máxima diária: 12 euros, correspondentes a 12 horas de estacionamento.

"É um problema de prova. Alguém não autorizado verificou que o automóvel estava ali, no fundo criando a dívida", diz João Pacheco de Amorim, advogado especialista em Direito Administrativo. O também docente na Faculdade de Direito da Universidade do Porto



Quem não pagou está agora a receber cartas de uma sociedade de advogados

acrescenta: "Estão a dar por assumido que têm um auto de notícia válido. Admito que quem pagou, embora o pagamento voluntário seja uma assunção da dívida, possa pedir estorno por se sentir enganado. Nesses termos [aqueles em que foi redigida, a carta] é um meio ilegítimo", continua o especialista. E insiste: "Pressupõe um auto de notícia, como se a empresa já estivesse investida nesses poderes".

"O auto, quando exarado por um funcionário público, faz presunção de prova. Neste caso, até terem a equiparação [a agentes públicos e poderem multar], não podem dizer que eu estava em infração", con-

corda Diogo Duarte Campos, advogado especialista em Direito Público. O causídico lembra outra coisa: "Se o carro não tiver título, presumem que eu estive lá desde as 8 ou 9 da manhã, quando só podiam contar aqueles 5 minutos em que lá passaram a verificar". Para o advogado, as cartas enviadas pela EPorto "têm um efeito intimidatório" e são "um abuso claro, que leva as pessoas a pagar, quer possam quer não". "Tenho as maiores dúvidas de que estejam dentro da lei".

Conforme noticiou ontem o IN, privado e Autarquia alegam tratar-se de uma normal tentativa de cobrança de valores em dívida, ●